O cartel do passe na EBP

Antonio Quinet

O cartel do passe no Brasil foi criado em 1995 quando da Fundação da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) como um dispositivo utilizado para se entrar na Escola.

Se a Nota aos italianos de 1974 já tinha sido comentada e estudada, jamais alguém tinha pensado até então em colocar em prática a proposta de Lacan, aí explícita, de se começar uma Escola com o passe na porta de entrada. Trata-se porém, nesse texto, de uma Escola onde só haveria AEs, que é a designação de *Analista da Escola* conferida como garantia da própria Escola. "O grupo italiano, se ele quiser me ouvir, ater-se-á a nomear aqueles que postularem sua entrada com base no princípio do passe tomando o risco de que não haja". E efetivamente não houve – não porque ninguém foi nomeado AE mas simplesmente pelo fato de que os italianos não deram seqüência a essa sugestão de Lacan (o termo é de Lacan: *Je leur suggère...*).

No dia 17 de novembro de 1990, em Madri, Jacques-Alain Miller lança a pergunta: "Vocês querem, sim ou não, levar a sério, colocar em prática a segunda proposição do passe? Isto é, a proposição feita por Lacan aos italianos, em 1974, de entrar na Escola pela via do passe?". Mas não era exatamente a mesma, pois o passe não era mais o mesmo.

Qual era o contexto da época? É difícil traçar rapidamente todo o contexto, posso apenas fornecer alguns dados que, digamos, se presentificam um ano antes quando Jacques-Alain Miller detecta, denuncia e coloca a nu, com seu texto *Acier l'Ouvert,* uma crise na Escola da Causa Freudiana (ECF) designada como "crise de seus fundamentos", crise que ele mesmo provocou acusando os responsáveis pela publicação "*Cahier de lectures freudiennes*" de constituir uma facção na ECF contra ele. E a partir de então todo o funcionamento da ECF foi colocado em questão e mudanças estruturais começaram a ser realizadas, o que provocou a mudança da ECF1 para uma ECF2, como foi dito na ocasião, e a saída de vários membros que haviam passado pela experiência do passe.

Sobre a questão específica da entrada na Escola, tratava-se de questionar como nomear alguém membro da Escola que não fosse por cooptação, por conhecimento de fulano e sicrano, já que muitas vezes é difícil julgar pela produção de artigos e apresentação de trabalhos. Por outro lado, o resultado do passe, naquele momento – após seis anos de experiência, apenas cinco AEs tinham sido nomeados havendo pouquíssima produção sobre o assunto – foi julgado insuficiente e insatisfatório. Daí a idéia de utilizar o dispositivo do passe para designar também membros da Escola, o que começou a funcionar em 1991 na ECF. O cartel do passe passou a ter três tipos de resposta: AE (que é automaticamente membro da Escola, caso ainda não o seja), membro da Escola e, evidentemente, nem um nem outro. A utilização do passe para se entrar na Escola surge também num contexto de constituição de outras Escolas do Campo Freudiano fora da França (a EEP e a Escola de Orientação Psicanalítica em

Buenos Aires) e da Associação Mundial de Psicanálise que congrega as Escolas.

A Escola Brasileira de Psicanálise é fundada cinco anos depois da Questão de Madri, ou seja, quatro anos após a colocação em prática do passe na entrada da Escola na ECF. Havia no entanto duas diferenças na EBP: a primeira é que o cartel do passe não foi habilitado a nomear AE; e a segunda é que, além disso, tinha que haver um "êxtimo" designado pela Associação Mundial de Psicanálise (AMP) para aprovar a decisão do cartel do passe (ainda é assim).

Constituir uma Escola em 1995 sem o passe, sabendo que ele é em suma um dos pilares da Escola de Lacan, seria de fato um anacronismo. Mas, por outro lado, a falta de experiência brasileira, relativa a um assunto tão delicado e inédito quanto a garantia do analista pelo dispositivo do passe, dificultava a instauração do passe com um cartel que nomeasse AE. A solução de compromisso, ou seja, sintomática, foi dar início à experiência do passe no Brasil utilizando-se desse dispositivo para designar os novos membros da Escola.

Desde sua constituição proposta pelo Delegado Geral da AMP, o cartel do passe da EBP foi comprometido pela política institucional. Quado o DG propôs um determinado nome para ser membro do cartel do passe, eu o questionei mostrando minha desaprovação por tratar-se de alguém comprometido por comportamentos notoriamente antiéticos em relação à psicanálise. Ao que ele respondeu afirmando não ter importância sua presença, por ser *apenas* um cartel de "passe de entrada". Esse elemento havia sido o pivô de um grande escândalo em um Estado do Brasil. Aliás a obscenidade apareceu em dois momentos durante o exercício desse cartel: no primeiro passe escutado, essa história veio à luz com toda a sua carga de mal-estar, que não pôde ser tratado pelo fato de a pessoa em questão fazer parte do cartel. E num segundo momento, tendo como conseqüência a dissolução de fato do cartel. Aliás o tempo do cartel foi marcado por esse não-dito causador de grande mal-estar, acrescido pelo fato de a cada passe tentar-se evitar qualquer discussão teórico-clínica, relevando apenas a questão político-institucional, ou seja, se o passante deveria ou não entrar como membro da EBP. Esse último foi o principal problema do passe do primeiro cartel da EBP, sendo, na verdade, sua marca de origem: a degradação do passe em favor da primazia da política. Isso não só ficou claro como também foi impulsionado, estimulado e avalizado pelo Delegado Geral da AMP, principalmente na ocasião em que exercia a função de êxtimo fazendo entrar para a EBP, pelo passe, determinadas pessoas sem que tivessem sido sequer discutidos seus passes. Essas pessoas foram aceitas com critérios vagos, do tipo fulano é professor da universidade, fulana já é uma senhora e não vamos exigir mais do que ela possa dar, e em relação a alguém que tinha parado sua análise, o argumento foi o de que depois de tantos anos não se podia exigir dele, com a idade que tinha, que retomasse uma análise, etc.

De uma forma geral, salvo alguma exceção, o cartel do passe na EBP foi do início ao fim tomado por questões político-institucionais: utilizado para promover quem poderia ou deveria entrar na EBP ou para recusar os indesejáveis. A politização do passe ficou evidenciada no caso "C" que faz série com o caso B da *École de la Cause Freudienne*. Nesse passe houve tantos disfuncionamentos que, no final das

contas, não havia possibilidade de se dar uma resposta afirmativa pois nada havia passado a não ser um mal-estar que nada tinha de analítico. Nesse momento, três membros do cartel resolveram dizer sim para essa pessoa entrar na EBP a fim de se abafar a questão. Diante da recusa dos dois outros membros, a questão ficou em suspenso e foi levada para o cartel seguinte que o avaliou com outro êxtimo, que também constatou a impossibilidade de dar uma resposta positiva. Daí em diante, seguiu-se uma campanha para que essa pessoa entrasse então para a EBP como membro, pois seu analista, diante da resposta negativa, "estava possesso de raiva" – disse-me um membro do novo cartel. Antes de ser levado o caso ao Conselho, o Delegado Geral, na função de êxtimo, fez essa pessoa entrar pelo passe na EBP, sem que este nunca tivesse sido discutido a nível clínico.

A questão que ficou para mim é a de pensarmos, para além das pessoas, uma forma de separar a verificação do passe, que deve ser feito só a partir da clínica, e a entrada na Escola, que é uma instituição. Pois a entrada na Escola, queiramos ou não, não deixa de passar pela questão político-institucional. E outra experiência me leva a repudiar o personagem do êxtimo, que com nossa boa fé (a que Lacan diz que não se perdoa) aceitamos, nossa inexperiência ao fazer um voto de confiança não só no DG como também nas pessoas que este indicou. Tenho que admitir que os dois primeiros êxtimos funcionaram à altura de suas incumbências, o que não foi o caso do próprio DG que devastou o dispositivo com sua politicagem. De qualquer forma, o êxtimo não deixou de ser um olheiro do DG, pois ao chegar a Paris eles ainda tinham de submeter seus pareceres a ele, que acabou funcionando como *O Analista* – que não existe – pois o próprio passe nos mostra que só há analista um a um e não o Um do conceito do analista.

A partir do que expus até aqui vocês poderiam concluir que considero o passe na EBP um fracasso. Não é bem assim. O mais surpreendente é que o dispositivo do passe faz objeção às manipulações institucionais e que apesar delas, deixa-se escrever uma clínica: a clínica do Inconsciente, a clínica do discurso do analista. Apesar da tentativa de apagar o discurso do analista, como foi feito na EBP, houve sua transmissão. E foi possível escutar uma clínica feita pelo analisante, que é a clínica que se pode extrair do passe. E isto não só pela formalização que me foi permitida efetuar a partir da minha experiência como cartelizante do passe, mas também pelo que está sendo feito atualmente na Comissão Crítica do Passe (CCP) e nos fóruns pelos passantes. Estes, cada um em seu estilo, nos trazem elementos de elaboração não só de sua análise como da intervenção de seus analistas e do que é propriamente esse laço social do discurso do analista. Para além das falcatruas, o passe passa no dispositivo.

Os relatos dos passantes sobre seu passe são absolutamente inéditos aqui no Brasil. Constato que eles vêm confirmando de maneira surpreendente o que pude verificar no dispositivo do passe: a transmissão daquilo que é específico do discurso do analista. Por exemplo, quanto à transferência, alguns passantes têm nos mostrado e ensinado algo sobre a articulação entre o significante qualquer do analista e o objeto *a*. De alguma forma, o significante que o analisante pinça no analista conota o objeto pulsional – como os significantes *brilhantes*, *pele branca*, *admiração* e *sotaque*

estrangeiro nos casos que escutamos[1], os quais fazem vibrar o objeto escópico nos três primeiros exemplos e a voz no último.

A experiência como membro do cartel do passe mostrou-me algo que me apareceu como uma novidade: o momento em que, no decorrer da análise (e até mesmo antes dela), o sujeito toma uma decisão: trata-se de uma decisão pela psicanálise que implica em um "ato que decide de uma prática", ou seja, é a entrada na psicanálise. Não precisa ser necessariamente o momento de começar a receber pacientes, mas uma decisão, uma escolha pela psicanálise diferente do desejo de ser analista, o qual se verifica por exemplo como desejo de cuidar de doentes, desejo de tratar, desejo de curar, que são da ordem da demanda. Trata-se de uma escolha diferente dessas que são sustentadas pelo ideal. Escolha que vai contra o ideal, rumo, quiçá, ao pior.

Para tal sujeito a entrada na psicanálise se vincula diretamente à questão do Pai. O fundamento neurótico de sua escolha de tratar de pessoas era fazer como o pai: salvar almas. Mas sua escolha pela psicanálise entra em choque com a família que o recrimina, e daí aquilo que era a causa paterna (fazer como o pai, sustentar o pai) adquiriu uma nova característica: contra o pai o sujeito escolhe o pior e em vez de salvação ele recebe a condenação. Decide pela entrada na psicanálise a partir de um traço paterno já desimaginarizado: a relação não mais com o verbo feito carne, mas com a palavra e seus poderes.

Para outro sujeito, a entrada na psicanálise se revelou como que fazendo série com outras experiências em que buscava a verdade desvelada por um mestre. Para ir contra o Pai, adepto de uma facção política da situação, o sujeito escolhe a oposição pela via da militância em nome de um ideal que acaba instituindo Um-Pai, o qual, longe de favorecer a via da verdade do sujeito, a rejeita. Ao se decepcionar, o sujeito parte para o recurso a uma religião oriental, onde ele encontra o vazio de Um-Pai. Em seguida à queda das figurações do pai efetuadas no tratamento analítico, ele escolhe a psicanálise pela verdade em detrimento do Pai.

Essa escolha, trabalhada *a posteriori* na análise e transmitida no passe, é colocada aí em série com outras escolhas que promovem cortes com a cadeia simbólica da filiação. Podemos inferir que a marca do analista faz traço, *a posteriori,* a partir desses cortes prenunciando o analista a advir. Mas o ato do analista implica na transformação da posição de exclusão, característica do neurótico (posição de "nada" ou de "merda") sustentada pela fantasia, em ofício de "dejeto da humanidade".

Para concluir, gostaria de chamar a atenção de que ao dissociarmos a emergência do desejo do analista do final de análise, lembramos que o passe se refere à verificação do *desejo do analista* e assim cai por terra a diferença entre passe de entrada e passe de final para ser apenas um passe: o que testemunha do ato analítico – o que decide, o analisante ser analista.

[1] ver neste número, seção Clínica do Passe.